



Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 04 a 08 de junho de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Comissão rejeita parcelamento de contribuição ao INSS, já previsto em lei](#)

A Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui um parcelamento excepcional de contribuições previdenciárias, por até 180 meses, para os pescadores que exerçam suas atividades em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos (PL 6690/09). A rejeição foi pedida pelo relator da proposta, deputado Mandetta (DEM-MS). O deputado argumentou que o parcelamento de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já foi instituído pela Lei 11.941/09, que é posterior ao projeto. Segundo ele, Paim apresentou a proposta para beneficiar pescadores prejudicados por danos ambientais ocorridos na Lagoa dos Patos e no litoral do Rio Grande do Sul.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Rejeitada proposta que alterava fundo nacional de segurança pública](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado rejeitou o Projeto de Lei 6978/17, do deputado Leo de Brito (PT-AC), que pretendia criar o Programa Nacional de Combate Local a Crimes Federais. Como foi rejeitada na única comissão indicada para analisar o mérito, a proposta deve ser arquivada. A rejeição foi recomendada pelo relator, deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG). Segundo ele, a proposta que dispõe sobre Sistema Único de Segurança Pública, já aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, incorporou as sugestões de Leo de Brito.

[Segurança aprova regras para revista de visitantes em presídios](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que determina como regra o uso de detectores de metais ou aparelhos de raio X para as revistas de visitantes em presídios. O texto foi aprovado na forma de substitutivo elaborado pelo relator, deputado João Campos (PRB-GO), ao Projeto de Lei 7764/14, do Senado, e apensados. Segundo o texto aprovado, que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para incluir as medidas propostas entre os direitos dos presos, a revista manual só ocorrerá quando a pessoa não puder entrar em contato com equipamentos eletrônicos por motivos de saúde ou quando persistir a suspeita de porte de produtos ilícitos, mesmo após a revista eletrônica.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

[Advogados afirmam que fim do foro privilegiado não prejudica imparcialidade dos julgamentos](#)

Profissionais do Direito defenderam que o fim do foro privilegiado não deve prejudicar a imparcialidade dos julgamentos de autoridades pelas cortes hierarquicamente inferiores. Eles foram ouvidos na semana passada pela comissão especial da Câmara que analisa a restrição do foro privilegiado em caso de crimes comuns (PEC 333/17). Relator da matéria, o deputado Efraim Filho (DEM-PB) ponderou que a prerrogativa do foro não pode ser entendida apenas como um



privilégio, mas como garantia da neutralidade de forças políticas durante o julgamento de uma autoridade.

[Legislação Participativa debate violência do Estado contra jovens pobres e negros](#)

A Comissão de Legislação Participativa promove hoje uma audiência pública para discutir a violência do Estado contra jovens pobres e negros, à luz do documentário Nossos Mortos têm Voz, que traz o depoimento de mães e familiares de vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense (RJ). “O filme busca traduzir para a linguagem cinematográfica os gritos que expressam a luta por memória, verdade e justiça; aborda as histórias atravessadas por perdas, memórias em torno das vidas interrompidas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação das polícias na Baixada Fluminense”, explica a deputada Luiza Erundina, que propôs a audiência.

[Relator apresenta parecer final ao novo Código de Processo Penal](#)

A comissão especial que debate o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se nesta tarde para a apresentação do parecer do relator, deputado João Campos (PRB-GO).

A proposta reúne mais de 252 projetos sobre o tema e surgiu de uma comissão formada por juristas e senadores. O texto atualiza o CPP atual (Decreto-Lei 3.689/41), que é de 1941, e já foi aprovado no Senado. No parecer preliminar apresentado em abril, João Campos regulamentou a prisão após a segunda instância, o que não é aceito por todos os membros da comissão. “Não permitir a execução da pena a partir do 2º grau é contribuir para a impunidade, para a prescrição”, afirmou Campos.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (11)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 28 anos da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (10)

9 horas

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Integridade e Prioridade Absoluta da Pessoa Idosa

Lançamento da frente parlamentar.

Auditório Nereu Ramos

9h30

Sessão Solene

Homenagem aos 100 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no estado do Rio Grande do Norte.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Educação



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Audiência pública para debater a Lei de Aprendizagem, sua atualização e o novo ensino médio. Foram convidados, entre outros, a secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), Eline Neves Braga Nascimento; o coordenador nacional da Aprendizagem (SIT/Ministério do Trabalho), Antônio Alves Mendonça Junior; a procuradora do Trabalho Patrícia Sanfelice, representando a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordifância/MPT).

Plenário 10

10 horas

Comissão de Legislação Participativa

Audiência pública para debater os riscos de retrocesso ambiental com a possibilidade de nomeação política do novo presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Foram convidados o ministro substituto do Meio Ambiente, Edson Duarte; o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun; os presidentes da Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), Henrique Marques Ribeiro da Silva; e da Associação dos Servidores de Carreira de Especialista de Meio Ambiente do Distrito Federal (Asibama/DF), Jonas Moraes Corrêa.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Plenário 3

10h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Seminário sobre conscientização da cardiopatia congênita.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Plenário 7

13 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para discutir a remuneração de procedimentos médicos por meio de "pacotes de consultas".

Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente substituto da ANS, Leandro Fonseca da Silva; e os presidentes da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Armando Crema; do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, José Augusto Alves Ottaiano; e da Sulamérica, Gabriel Portella.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Plenário 7

13 horas

Comissão de Legislação Participativa

Audiência pública para debater a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica.

Foram convidados, entre outros, o professor da UNB e representante da Associação Nacional de História (Anpuh), André Gustavo de Melo Araújo; e a arquivista, doutoranda em Ciência da Informação pela UNB, Ívina Flores Melo Kuroki.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Logo após haverá votação de requerimentos e sugestões.

Plenário a definir

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Audiência pública sobre a aplicabilidade da Lei 13.642/18 (Lei Lola), que atribui à Polícia Federal a investigação de crimes praticados na internet que difundam conteúdo misógino.

Foram convidados, entre outros, a autora do blog Escreva Lola Escreva, Lola Aronovich; a delegada de Polícia Federal e chefe da Divisão de Direitos Humanos da Coordenação-Geral de



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Defesa Institucional da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, Diana Calazans Manni; e um representante do Ministério Público Federal.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Audiência pública para debater o aumento dos preços dos combustíveis, a carga tributária incidente e os impactos no agronegócio.

Foram convidados representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis); e da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam).

Plenário 6

14h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Audiência pública para discutir as novas regras adotadas pelo Conselho Monetário Nacional em relação aos cartões de crédito.

Foram convidados, entre outros, o diretor executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo de Barros Vieira; e a integrante da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB, Amanda Flávio de Oliveira.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial da Política de Diminuição de Agrotóxicos (PL 6670/16)

Audiência pública para discutir a importância para o Brasil de uma Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos.

Foram convidados, entre outros, a especialista em agricultura e alimentação do Greenpeace, Marina Lacôrte; a coordenadora do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Karen Friedrich; e a representante da Campanha Nacional contra os Agrotóxicos, Franciléia Paula.

Plenário 13

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 1292/95)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Arruda (MDB-PR).

Plenário 14

14h30

Comissão Especial do Financiamento da Assistência Social (PEC 383/17)

Definição do roteiro dos trabalhos; eleição dos vice-presidentes; e votação de requerimentos.

Plenário a definir

14h30

Comissão Externa sobre a Situação Hídrica dos Municípios de Minas Gerais

Audiência pública para discutir a destinação de recursos resultantes da desestatização da Eletrobras, proposta no PL 9463/18, para a revitalização da bacia do rio São Francisco.

Foram convidados o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda; e representantes dos ministérios de Minas e Energia; e da Integração Nacional.

Plenário 15

14h30

Comissão Especial sobre Tornar Permanente o Fundeb/Educação (PEC 15/15)

Audiência pública para discussão da proposta de substitutivo à PEC 15/15, análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento.

Foram convidados o chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda, Marcos Mendes; e um



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



representante do Ministério do Planejamento.

Plenário 9

14h30

Comissão do Esporte

Subcomissão Especial sobre as Olimpíadas e Paralimpíadas 2016

Audiência pública para debater o legado deixado ao País pelos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Foram convidados, entre outros, o secretário de Esporte do Ceará, para apresentação referente ao Centro de Formação Olímpica de Fortaleza, Euler Barbosa; e o diretor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil, para apresentação do Parque Aquático Maria Lenk, Jorge Bichara.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Plenário 4

14h30

Comissão Mista de Orçamento

Eleição para os cargos de primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes; e deliberação do relatório preliminar do senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.

Plenário 2

15 horas

Comissão Especial sobre Portabilidade da Conta de Luz (PL 1917/15)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, o presidente do departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Bernardino Jesus de Brito; e o representante da Coordenação Nacional do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Luiz Alberto Rocha.

Plenário a definir

15 horas

Comissão Especial sobre o Teto Remuneratório (PL 6726/16)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Plenário 8

15 horas

Comissão Especial sobre o Marco Regulatório da Economia Colaborativa

Audiência pública para debater a economia colaborativa e o compartilhamento de espaços e bens.

Foram convidados representantes do SharingEC; Wistor; Itaú Bikes; Prime Share Club; Tem Lugar; e Quero Compartilhar.

Plenário a definir

15 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente.

Plenário a definir

16 horas

Votações em Plenário

A pauta da sessão inclui, entre outros itens, regras para a criação de municípios (PLP 137/15); obrigatoriedade do cadastro positivo (PLP 441/17); regulamentação do transporte de cargas (PL 4860/16); e exigência do bloqueio do sinal de celular em presídios (PLP 470/18).

Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Audiência pública para discutir a abertura comercial do Brasil como forma de promoção do desenvolvimento econômico do País.

Foram convidados, entre outros, o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores, Ronaldo Costa Filho; o secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Carlos Pio; e o gerente executivo de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Zancan Bonomo.

Plenário 5

16h30

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Subcomissão Especial para Reformular e Atualizar o Estatuto do Idoso

Discussão e análise dos projetos de lei em tramitação nas comissões permanentes da Câmara que alteram o Estatuto do Idoso na área de direito penal e processual penal.

Sala 176-A, do anexo 2

QUARTA-FEIRA (13)

8 horas

Comissão de Educação; e Frente Parlamentar Mista da Educação

Palestra sobre a contribuição do Inep para a definição das políticas educacionais do Brasil.

Foi convidada a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini.

Plenário 10

9 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Seminário: As Mulheres na Política.

Plenário 2

9 horas

Comissão de Segurança Social e Família

Subcomissão Especial Permanente Assistência Social

Discussão e votação do roteiro de trabalho da subcomissão.

Plenário 7

9 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Audiência pública para debater o financiamento do desenvolvimento econômico: o papel do sistema financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento.

Foram convidados, entre outros, o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia (SBBA), Augusto Vasconcelos; e os economistas José Henrique Paim e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo.

Plenário 5

9h30

Comissão de Segurança Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 7

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 5

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 8



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



10 horas

Comissão de Minas e Energia

Sugestões de emendas ao projeto da LDO 19.

Plenário 14

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para apresentação das prioridades da política externa brasileira para o ano em curso e as perspectivas de atuação do ministério para os anos seguintes.

Foi convidado o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

Plenário 3

10 horas

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

10 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4

10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 12

10 horas

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Legislação Participativa



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



10º Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública.
Auditório Nereu Ramos

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário a definir

10 horas

Comissão Externa sobre as Bacias de Rejeitos de Mineração em Barcarena (PA)

Audiência pública.

Plenário a definir

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10h30

Sessão Solene

Entrega do prêmio Zilda Arns.

Plenário Ulysses Guimarães

11 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Audiência pública para discutir os efeitos da privatização da Eletrobras.

Foram convidados representantes do Sindicatos dos Urbanitários do Acre, Alagoas e Piauí; da Aneel; da Eletrobras; e do Ministério de Minas e Energia.

Plenário 9

11 horas

Comissão de Minas e Energia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 14

11h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para discussão e votação das sugestões de emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Plenário 3

13 horas

Votações em Plenário

Análise de propostas remanescentes do dia anterior e de outros projetos.

Plenário Ulysses Guimarães

13h30

Comissão de Cultura

Audiência pública para debater, por ocasião dos 30 anos da Constituição Cidadã, o legado da inserção de um capítulo da cultura no texto constitucional.

Foram convidados, entre outros, o diretor do Itaú Cultural, Eduardo Saron; o advogado Modesto Carvalhosa; e o professor Francisco Weffort.

Plenário 10



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



13h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Reunião para discutir sugestões de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
Plenário 6

14 horas

Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)

Apresentação e discussão do parecer do relator, deputado João Campos (PRB-GO).
Plenário a definir

14 horas

Comissão Especial do Foro Privilegiado (PEC 333/17)

Audiência pública.

Foram convidados os ex-ministros do STJ Eliana Calmon; do STF Ayres Britto; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti; a professora associada de Direito Penal da UFRJ Luciana Boiteux; o advogado e conselheiro da OAB-DF, Alexandre Vieira de Queiroz.

Logo após, haverá votação de requerimentos.

Plenário 9

14 horas

Comissão Externa sobre o Endividamento do Setor Agrícola

Reunião técnica para discutir soluções para o endividamento do setor, implementação da linha de renegociação e repactuação das dívidas rurais, conforme anunciado pelo ministro da Agricultura; situação de crédito e negativação dos produtores no Funrural; e apresentação de relatório do deputado Evandro Roman (PSD-PR).

Foram convidados, entre outros, o chefe do Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão de Crédito Rural do BNDES, Carlos Alberto Viana Costa; o coordenador das Operações de Crédito na Secretaria do Tesouro Nacional (Copec), Rafael Rezende Brigolini; o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz de Araújo; e o secretário da Receita Federal Jorge Rachid.

Plenário a definir

14 horas

Comissão Mista de Orçamento

Pauta remanescente do dia anterior.

Plenário 2

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Votação de projetos.

Plenário 16

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para discutir a criminalização e ameaças contra defensores de direitos humanos no Brasil.

Foram convidados, entre outros, o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha; a procuradora federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat; e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra da Região de Quedas do Iguaçu, Mateus Moisés Quadro Pinheiro; e da Comissão Pastoral de Rondônia, Liliana Won Ancken dos Santos.

Plenário 9



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Reunião para apresentação do plano de trabalho do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), relator de processo contra o deputado Lucio Vieira Lima (MDB-BA); oitivas das testemunhas arroladas pela defesa, referente à representação contra o deputado Celso Jacob (MDB/RJ); e oitiva do representado, deputado Celso Jacob.

Plenário a definir

14h30

Comissão de Turismo

Audiência pública sobre o Instituto da Multipropriedade.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Flavio Augusto Ayres Amary; da Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil (Adit), Felipe Cavalcante; e um representante do Ministério do Turismo.

Plenário 5

14h30

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Audiência pública para debater a proposta de implementação da contribuição brasileira: o papel fundamental do Congresso Nacional.

Foram convidados o coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), Alfredo Sirkis; e representantes dos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores; e do Observatório do Clima

Evento interativo pelo e-Cidadania

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão de Cultura

Votação de projetos e requerimentos. Logo após, haverá audiência pública para tratar do processo de registro das matrizes do forró como patrimônio cultural do Brasil.

Foram convidados a presidente do Iphan, Kátia Bogéa; a representante da Sociedade dos Forrozeiros de Pernambuco, Tereza Acioly; o forrozeiro e reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Junior; a presidente do Colegiado da Bahia em Defesa do Registro das Matrizes do Forró, Rozania Macedo; e o cantor e compositor Maciel Melo.

Plenário 10

15 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Audiência pública para debater a implantação da avaliação biopsicossocial da deficiência.

Foram convidados o coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Josué Ribeiro Costa da Silva; o vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), Marco Antonio Castilho Carneiro; a presidente substituta do INSS, Karina Braido Argolo; e o coordenador do Grupo de Trabalho Inclusão para Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal, Fabiano de Moraes.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário 13

15 horas

Comissão do Esporte

Subcomissão Especial sobre as Olimpíadas e Paralimpíadas 2016

Audiência pública para discutir a preparação das delegações para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2020.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Foram convidados, entre outros, o diretor técnico do Comitê Paralímpico Brasileiro, Alberto Martins da Costa; o gerente de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes, Ricardo Avellar; e representantes das comissões de atletas do Comitê Olímpico do Brasil e do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário 4

16h30

Comissão de Segurança Social e Família

Audiência pública para discutir o PL 3747/15, que regulamenta a profissão de biotecnologista e cria os conselhos federais e regionais de biotecnologia.

Foram convidados representantes do Ministério da Saúde; do Conselho Federal de Biologia; e da Liga Nacional dos Acadêmicos de Biotecnologia.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário 5

QUINTA-FEIRA (14)

9 horas

Votações em Plenário

Análise de acordos internacionais.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos.

Plenário 1

9h05

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Mundial de Al-Quds - Jerusalém.

Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública para debater a proposta de consulta pública sobre a minuta de medida provisória apresentada pelo Ministério das Cidades.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Roberto Cavalcanti Tavares; da Federação Nacional dos Urbanitários, Pedro Blois; da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Aparecido Hojaij; e um representante do Ministério das Cidades.

Plenário 16

9h30

Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres; e Comissão de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública sobre o direito das mulheres à cidade.

Foram convidadas a organizadora dos atos Eu não mereço ser encoxada: nenhuma mulher merece ser estuprada, Laryssa Sampaio; e a doutoranda em Estudos do Lazer na UFMG, Cláudia Bonalume.

Plenário 14

9h30

Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública debater a redução das políticas públicas para a educação do campo e suas perspectivas na atual conjuntura.

Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério da Educação; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e do Fórum Nacional de Educação do Campo.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Evento interativo pelo e-Democracia.
Plenário a definir

10 horas

Comissão de Legislação Participativa

Audiência pública para debater a Lei do Aprendiz: avanços e percalços, e as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantamento dos problemas e propostas de soluções para temas relacionados à aprendizagem profissional.

Foram convidados, entre outros, o corregedor-geral de Justiça do Trabalho do TST, Lélcio Bentes Corrêa; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano; e o coordenador nacional de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Antônio Alves Mendonça Júnior.

Evento interativo pelo e-Democracia.
Plenário 10

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Seminário sobre o Direito dos Idosos: Novos Olhares.
Anfiteatro Municipal Leda Regina, Tijucas (SC)

14h30

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

1º Seminário de Cajucultura do Nordeste.

Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Fortaleza (CE).

SEXTA-FEIRA (15)

8h30

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

1º Seminário de Cajucultura do Nordeste.

Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Fortaleza (CE).

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência pública para debater os danos ambientais e conflitos fundiários no município de Juruti, no Pará.

Câmara Municipal de Santarém (PA)

15 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Internacional da Yoga.

Plenário Ulysses Guimarães

SÁBADO (16)

16 horas

Comissão de Educação

Palestra sobre a importância e a necessidade da educação emocional.

Foi convidado o diretor-presidente do *International Mind Education Institute* (Imei) Coreia do Sul,



Jae Hong Kim.
Sede do Imei (avenida Imirim, 2.496), São Paulo (SP)

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/558602-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[Projeto torna crimes hediondos furto, roubo e receptação de cargas](#)

Roubar, vender ou comprar produtos provenientes de crime ligado ao transporte de cargas pode ter punições mais severas. Começou a tramitar no Senado um projeto de lei que inclui na lista de crimes hediondos as práticas de furto, roubo e receptação qualificada de objetos de transportes de cargas ([PLS 264/2018](#)). A proposta, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando o recebimento de emendas dos senadores. Os crimes classificados como hediondos são aqueles considerados merecedores de uma punição mais severa por parte do Estado. Esse tipo de crime está previsto na [Lei 8.072/1990](#), que lista, por exemplo, o estupro e o latrocínio. O projeto, além de alterar Lei dos Crimes Hediondos, modifica também o Código Penal ([Decreto-Lei 2.848/1940](#)).

[CCJ aprova proposta que prevê que preso pague os gastos com sua manutenção na cadeia](#)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, de forma terminativa, uma proposta ([PLS 580/2015](#)) que obriga os presos a ressarcirem os gastos com a sua manutenção no sistema prisional e outra ([PLS 63/2018](#)) que prevê a criação de colônias penais agrícolas e industriais. A primeira, de Waldemir Moka (MDB-MS), estabelece que se o preso não tiver recursos para bancar suas despesas, ele terá que trabalhar para compensar o estado pelos gastos. Simone Tebet (MDB-MS), sugeriu duas modificações para evitar que prisioneiros pobres sejam prejudicados. O projeto das colônias penais, de Eduardo Braga (MDB-AM), prevê a instalação desses estabelecimentos em cidades com mais de 500 mil habitantes até o fim de 2020, com verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Os locais serão destinados apenas a condenados a regime semiaberto por crimes cometidos sem violência. A reportagem é de Roberto Fragoso, da [Rádio Senado](#).

[Jorge Viana defende pacto pela segurança pública](#)

O senador Jorge Viana (PT-AC) cobrou nesta quinta-feira (7) em Plenário a formação de “um grande entendimento nacional” para combater a violência e conter a ação de facções criminosas. Para o parlamentar, a crise política e institucional que se instalou a partir de 2014 agravou o problema da segurança pública. Jorge Viana usou números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para alertar para a taxa de assassinatos nos estados. Sergipe tem 64 mortes por 100 mil, seguido de Alagoas (54), Rio Grande do Norte (53), Pará (50), Amapá (48), Pernambuco (47), Bahia (47) e AC (44). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Honduras é o país mais violento do mundo, com 85,7 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes.

[Congresso recebe medida provisória que cria 164 cargos na área de segurança pública](#)



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



O Congresso Nacional recebeu nessa quarta-feira (6) a Medida Provisória 840/2018, que cria 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender a necessidades da área de segurança pública do governo. Os cargos serão destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública, criado em fevereiro pela Medida Provisória 821/2018. Essa MP está em tramitação na Câmara. São 17 DAS-5, 58 DAS-4, 37 DAS-3, 24 DAS-2 e 28 DAS-1. Cada DAS possui um nível salarial. Esses cargos são de livre nomeação e destinam-se tanto a servidores públicos de carreira (ativos e inativos) como a pessoas sem vínculo com a administração pública federal.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Relator homologa desistência de mandado de segurança contra PEC sobre parlamentarismo](#)

Em decisão tomada nesta sexta-feira (8), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou o pedido de desistência formulado pelos autores do Mandado de Segurança (MS) 22972, que discute a tramitação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que institua o parlamentarismo como sistema de governo. O mandado de segurança foi impetrado por um grupo de deputados federais para questionar atos de órgãos da Câmara dos Deputados que mantiveram a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 20-A/1995, que trata da instituição do parlamentarismo no país. De acordo com os autos, à época da apresentação do pedido, em novembro de 1997, todos os autores eram parlamentares.

z6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

[JUSTIÇA AUTORIZA TENENTE DA PM "TRANCAR" INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL](#)

Enquanto duas instituições encarregadas de nos proteger não entram num consenso sobre quem pode e deve investigar crimes praticados por policiais militares contra civis em serviço. A palavra final sai pela Justiça comum que determinou na quarta-feira (30) o trancamento de uma investigação da Polícia Civil pelo suposto crime de usurpação de função pública cometido por um tenente de primeiro grau do 17º Batalhão de Rio Preto. A corporação iniciou o inquérito policial militar 17BPMI-007/12/16 que apura as circunstâncias de uma ocorrência de tentativa de assalto nas instalações de um antigo frigorífico e depósito móveis, máquinas além de equipamentos. O crime foi registrado durante a noite do dia 04 de agosto de 2016 a rua João Mesquita, Parque Industrial.

Brasília, 11 de junho de 2018.